XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Financiación Pública en la Ciencia y derechos de copia privados. Financiamento público à pesquisa e direitos de cópia privados.

Jorge A. S. Machado.

Cita:

Jorge A. S. Machado (2009). *Financiación Pública en la Ciencia y derechos de copia privados. Financiamento público à pesquisa e direitos de cópia privados. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/56

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Financiación Pública en la Ciencia y derechos de copia privados

Financiamento público à pesquisa e direitos de cópia privados

Jorge A. S. Machado
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo
machado@usp.br
www.each.usp.br/machado

Resumo: Entre 2006 y 2007, o Grupo de Estudos em Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPOPAI) da Universidade de São Paulo realizou pesquisas sobre as diferentes cadeias de produção do conhecimento na ciência para avaliar seu nível de financiamento público e o controle sobre as obras. A hipótese do estudo foi que, apesar da intenso financiamento público, o setor privado vem se apropriando de tal conhecimento e impondo barreiras ao acesso público a tais conteúdos. Foram investigadas as cadeias de produção do livro técnico-científico, de artigos e de softwares.

Palavras-chave: acesso ao conhecimento, direitos autorais, financiamento público

Resumén: Entre 2006 y 2007, el grupo de Investigación de Políticas de Acceso a Información de la Universidad de São Paulo realizó investigación sobre las diferentes cadenas de producción del conocimiento en la ciencia para evaluar el nivel de financiación pública. La hipótesis del estudio fue que, pese la intensa financiación pública, el sector privado viene se apropiando de dicho conocimiento imponiendo barreras al acceso público a tales contenidos. Fueron investigadas las cadenas de producción del libro técnico-científico, de artículos y de softwares.

Palabras clave: acceso al conocimiento, derechos autorales, financiación pública

1. Introdução

Um dos maiores problemas no debate sobre o equilíbrio entre os direito públicos e privado da "propriedade intelectual" é que a discussão tende a assumir caráter ideológico. De um lado, há aqueles que tendem a tratar a "propriedade" sobre as criações ou co-criações intelectuais de uma forma quase monolítica, adotando um discurso que iguala bens intangíveis aos bens tangíveis. De outro lado, há os que na defesa do interesse público entendem que devem prevalecer os direitos de acesso à cultura e à educação. A busca-se um equilíbrio entre as posições se tornou ainda mais difícil devido à facilidade de se fazer cópias e o conseqüente enrijecimento do tratamento legal sobre o direito de "propriedade intelectual".

Foi para subsidiar essa discussão com dados empíricos que o GPOPAI realizou entre 2006 e 2008 um mapeamento das cadeias de produção do livro, do artigo científico e do software. A principal hipótese da pesquisa era de que o Estado é o grande financiador de conteúdos e que, por falta de políticas adequadas de proteção, estes acabam sendo apropriados de forma monopolista pelo setor privado que bloqueia o acesso a tais obras. Esse artigo sumariza e comenta alguns dos principais dos resultados da pesquisa[1].

1.1 O custo da ciência

A maior parte do desenvolvimento científico se dá hoje nas universidades e centros de pesquisa públicos. Os principais custos envolvidos são com salários, laboratórios, pessoal técnico, bolsas e infra-estrutura em geral. Para se ter uma idéia do investimento envolvido, no Brasil são aplicados 3,2 bilhões de reais de verbas federais (MCT, 2008) em ciência e tecnologia na pós-graduação no Brasil. Em 2006 o investimento público federal no ensino superior foi de 18,5 bilhões (INEP, 2009). Esses dados não contabilizam os investimentos realizados pelos Estados da federação. Por exemplo, somente a Universidade de de São Paulo tem um orçamento de 2,6 bilhões, oriundos do cofre do governo do Estado de São Paulo[2].

Mesmo nos EUA, país tomado como modelo quando o tema em investimento privado em universidade os gastos em pesquisa e desenvolvimento em instituições do ensino superior por parte do setor público é da ordem de 43 bilhões de dólares. O setor privado investe pouco mais de US$

1 Para acessar os relatórios completos com os resultados da pesquisa, visitar www.gpopai.usp.br
2 Ver: http://www.usp.br/codage/PROPOSTA%20OR%C7AMENTARIA%20DA%20USP%202008.pdf

5,4 bilhões, outros US$ 3,5 bilhões provém de de organizações e fundações sem fins lucrativos – cuja participação em boa parte se deve aos programas de isenção de impostos. Somando o investimento público com o de fundações e organizações do terceiro setor, chega-se a 94,6% de investimento público direto ou indireto.

Tabela 1
Participação entre as diferentes fontes no Financiamento à pesquisas em faculdades e universidades norte-americanas

	2007	%
Financiamento Público	43,241	87,5
Fundações e organizações sem fins lucrativos	3,517	7,1
Setor empresarial	2,672	5,4
TOTAL	49,431	100

Fonte: National Science Foundation, SRS Science Resources Statistics.

Na Europa em geral e, provavelmente, boa parte da América Latina o investimento público pode ser semelhante ou maior que nos EUA.

2. Financiamento público na produção de conteúdos: custo de mão-de-obra

Boa parte da produção de conteúdos dos livros se dá através de financiamento público direto. Este o caso de livros técnicos e científicos produzidos com recursos públicos das agências de apoio à pesquisa e das universidades. As agências provém fundos para a realização das pesquisas, aquisição de equipamento, compra de material de consumo, participação em congressos (formação e capacitação), entre outros. As universidades principalmente através da cessão de sua infra-estrutura física, dos gastos com serviços de manutenção, gastos de consumo, pagamento de salários de docentes e de pessoal técnico e administrativo.

Estudo do GPOPAI sobre esse mercado, indicou que cerca de 60% dos autores brasileiros de livros técnico-científico[3] adotados em umas de bibliografias de cursos superiores trabalha em regime de

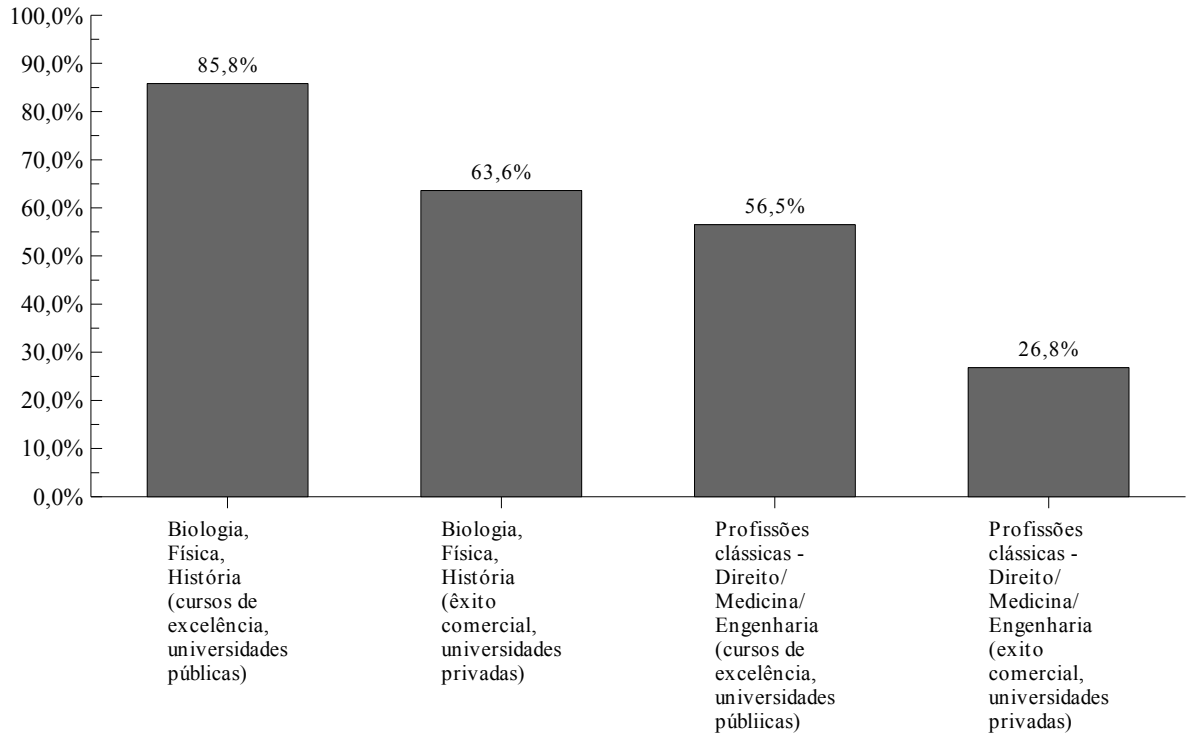
3 Segundo a CBL (CBL/SNEL, 2007), em 2006, os livros técnicos e científicos correspondiam a 25,25% dos títulos lançados anualmente. Mesmo correspondendo a 6,87% dos exemplares impressos – devido as tiragens menores, destinadas a grupos específicos – , os mesmos respondiam a 19,48% do faturamento total da venda de livros. Isso se traduz em um faturamento de R$ 418 milhões (2006). Para se ter uma idéia do tamanho do mercado nacional, em 2006, foram 12.008 diferentes títulos de livros técnico-científicos publicados, com mais de 22 milhões de

dedicação exclusiva à docência e à pesquisa. Regime este renumera melhor o professor, mas o obriga a se dedicar exclusivamente à universidade. Os resultados apontaram que em algumas áreas, como é o caso da Biologia, 86% se enquadram em tal situação[4] - é a média da UFMG, da UFRJ e da USP. Esse percentual é mais alto nos cursos de "excelência científica" (segundo critérios da CAPES), onde também a produção científica é de melhor qualidade.

Trata-se, portanto, não apenas de trabalho remunerado com fundos públicos, mas também sob um regime contratual que exige dedicação plena à função, com uso de instalações e infra-estrutura pública. Para detalhes sobre a metodologia, ver CRAVEIRO, MACHADO & ORTELLADO, 2008.

Gráfico 1: Percentual de livros adotados cujos autores atual em dedicação integral em instituição pública

(autores brasileiros)



exemplares impressos.

4 O acesso ao currículo vitae dos autores permite vincular o ano de publicação do livro com a pesquisa que ele fazia na mesma época. Foi possível checar o tipo de regime que o professor estava trabalhando quando o livro foi publicado (N do A.).

Esse percentual seria ainda maior se considerada também a porcentagem dos livros resultantes de pesquisas realizadas com financiamento público direto (como os fundos da CAPES, CNPq ou das fundações estaduais) – independente do regime de trabalho ou o vínculo do autor com instituição pública ou privada.

Embora não hajam dados agregados sobre o percentual de autores brasileiros no total, estimativas feitas junto a catálogos de editoras universitárias mostram que cerca de 70% a 90% dos livros publicados são de autores brasileiros. Em editoras de pequeno porte, esse percentual chega a 100%. O percentual é possivelmente um pouco mais baixo em editoras privadas não-exclusivamente universitárias.

Ainda que responsáveis por pequena parte da produção científica brasileira, as universidades privadas são receptoras de verbas públicas para pesquisa. Além disso, são beneficiadas por isenções fiscais e com recursos provenientes de concessão de bolsas federais para o pagamento de mensalidades. Considerando tal quadro, não é exagero concluir que a grande maioria dos autores de livros técnicos-científicos no Brasil teve sua obra totalmente ou parcialmente paga por recursos públicos.

3. Custo público do Artigo

Não há estudos detalhados sobre o custo de artigo científico. O que se divulga em geral são apenas estatísticas feitas a partir de dados genéricos de orçamentos de universidades e agências públicas divido pelo registro de publicações no mesmo período. Para obter dados mais detalhados, o GPOPAI selecionou algumas algumas áreas e departamentos específicos e verificou a produção de todos seus docentes no biênio 2005 e 2006. Por "publicação" entendemos artigos científicos e capítulos de livros ou livros completos. O cálculo foi feito, somando a carga horária do professor efetivamente dedicada à investigação – 40% do tempo total, conforme apurado –, as verbas recebidas para pesquisa, os gastos com pessoal técnico, laboratório, infra-estrutura e administrativos. Consideramos os gastos com custeio e as verbas de pesquisas recebidas por unidades e departamentos e via coordenação de programas de pós-graduação durante o período estudado. Para efeitos de cálculo, do valor total de custeio considerou-se apenas a proporção gasta com pesquisa (40%), excluindo assim as atividades de ensino e de extensão. Para calcular o custo do artigo.

(pesquisa em andamento, dados em fase de consolidação – conclusão prevista para maio de 2009)

Quadro 1 – Custos de artigos em algumas áreas do Conhecimento

4. Custo público de uma tese

Considerando os dados oficiais referentes as verbas de custeio da Universidade de São Paulo, com o custo da bolsa de doutorado chegamos ao valor de 155,3 mil reais. Quanto custa para publicar? Um levantamento junto a indústria **(**Earp & Kornis, 2005) apontou que o investimento privado médio para se publicar um livro é de 17,1 mil reais. Se tomarmos esse valor como referência, os outros 128,2 mil foram pagas pelo contribuinte.

Tabela 2

Investimento público para a produção de uma tese de doutorado USP/ FAPESP

Custo aluno pós-graduação/ ano (R$ 15.576,51) em 4 anos	R$ 62.360,04
Bolsa doutorado Fapesp ano I (R$ 1.716,00)	R$ 20.592,00
Bolsa doutorado Fapesp anos II e III (R$ 2.124,00)	R$ 50.976,00
Reserva técnica Fapesp (30% do valor da bolsa)	R$ 21.470,00
Investimento público total para a produção de conteúdo	**R$ 155.344,04**

Fonte: Orçamento USP 2005; FAPESP 2008.

Tabela 3 - Comparação entre investimento público e privado na produção de uma tese de doutorado

	R$	%
Investimento privado (custos editoriais e manufatureiros)	17.100,00	**9,9**
Investimento público (custos de produção da tese)	155.344,04	**90,1**
Total	182.444,04	**100,0**

Fonte: GPOPAI, 2008

Tabela 4 - Investimento público para a produção de uma tese de mestrado

	R$	%
Investimento privado (custos editoriais e manufatureiros)	17.100,00	**17,9**
Investimento público (custos de produção da tese)	78.409,53	**82,1**
Total	95.509,53	**100,0**

Fonte: GPOPAI, 2008

O destino de bons artigos e de boas pesquisas é virar livro. Do ponto de vista privado, o negócio é excepcional:

- ✔ baixo investimento,
- ✔ subsídios públicos e
- ✔ direitos exclusivos (monopólio).

5. Subsídio público na produção do livro

As editoras recebem fartos subsídios na forma de imunidade tributária para a produção do livro: não pagam ICMS, IPI, PIS, PASEP, Imposto de Importação, COFINS, ISS.

QUADRO 1 - Imunidade tributária da indústria

Lista de tributos
✔ *Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)*
✔ *Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)*
✔ *Contribuição social ao Programa de Integração Social (PIS)*
✔ *Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)*
✔ *Imposto de Importação (II)*
✔ *Impostos Sobre Serviços (ISS)*

A partir dos dados divulgados pela Câmara Brasileira do Livro sobre o faturamento da indústria no setor, pode-se estimar cerca de 1,13 bilhão de reais em subsídios em 2007. No período de dez anos (1998-2007), os subsídios às editoras somaram 9,07 bilhões de reais. Com esse montante seria possível adquirir mais de 1,8 bilhão de livros – considerando o valor médio pago pelo Governo Federal na aquisição de livros para o programa de livro didático ou então, os direitos autorais em

língua portuguesa de 503,9 mil de títulos de livros para a disposição livre na Internet, considerando um valor médio de R$ 18 mil reais. Esse valor é 426% superior ao pagamento médio de direitos autorais em 2006 – R$ 194.180.027 pagos para 46.026 títulos lançados, média de R$ 4.218 por livro (FIPE/CBL, 2007).

Tabela 5 - Estimativa do subsídio público na forma de imunidade às editoras

(em milhões de reais, em valores de dezembro de 2008)

Ano	Faturamento	IPI	ICMS	PIS/COFINS	Total
1998	3150	473	482		955
1999	2799	420	428		848
2000	2921	438	447		885
2001	3079	462	471		933
2002	2694	404	412		816
2003	2700	405	413		818
2004	2655	398	406		804
2005	2642	396	404	96	897
2006	2880	432	441	105	978
2007	3345	502	512	122	1.136
Soma	28865	4330	4416	324	**9070**

Fonte: Cálculos do GPOPAI a partir de relatórios da CBL e SNEL.

O Governo tem uma política de concessão de subsídios ao setor com o objetivo de "incentivar a leitura e facilitar o acesso ao livro" através da desoneração do setor. Eles abrangem desde a compra de equipamentos até as contribuições sociais e fiscais. A perda na arrecadação para a redução do custo do produto em hipótese seria compensada pelos ganhos sociais do acesso ao livro.

No entanto, a maior parte do setor editorial privado acredita que a escassez, traduzida pela restrição ao acesso, pode aumentar o valor do "produto". Assim tenta de todas as formas banir e criminalizar a reprodução, mesmo a reprodução é motivada por fins científicos ou não comerciais. Sendo uma atividade não sujeita à concorrência, a "propriedade da informação", além da contradição evidente com o contexto tecnológico, é legitimamente monopolista dentro do marco jurídico vigente.

6. Custo público na produção de softwares

Pesquisa em fase de conclusão (resultados consolidados em maio/2009)

7. Custo de aquisição dos livros disponíveis no mercado

Na tabela abaixo, comparamos o custo de aquisição de livros com a renda familiar dos estudantes da USP declarada à FUVEST. Consideramos o primeiro ano de faculdade e apenas a bibliografia básica.

Tabela 6 - Custos de aquisição de livros listados na bibliografia obrigatória e renda familiar dos estudantes

Curso	Custo de aquisição dos livros por ano (em R$)	Estudantes com renda familiar mensal inferior a R$ 5.000,00 (em %)
Sistemas de Informação	3.915,58	90,6
Licenciatura em Ciências da Natureza	3.640,90	91,3
Lazer e Turismo	4.572,90	81,3
Marketing	4.242,51	76,1
Têxtil e Moda	4.164,79	79,5
Gestão Ambiental	5.212,69	84,1
Obstetrícia	5.810,46	86,7
Gerontologia	4.417,19	91,2
Ciências da Atividade Física	3.344,75	88,3
Gestão de Políticas Públicas	5.243,02	78,1

Fonte: GPOPAI, 2008

O levantamento foi feito na nova unidade da USP – "USP Leste". Trata-se de cursos novos, que atendem a áreas científicas e profissionais emergentes, cuja bibliografia é bastante atualizada. Mesmo assim, 30% dos obras estavam fora de catálogo. É bem provável que o percentual de títulos fora de catálogo seja bem maior se se considerasse não apenas a bibliografia básica.

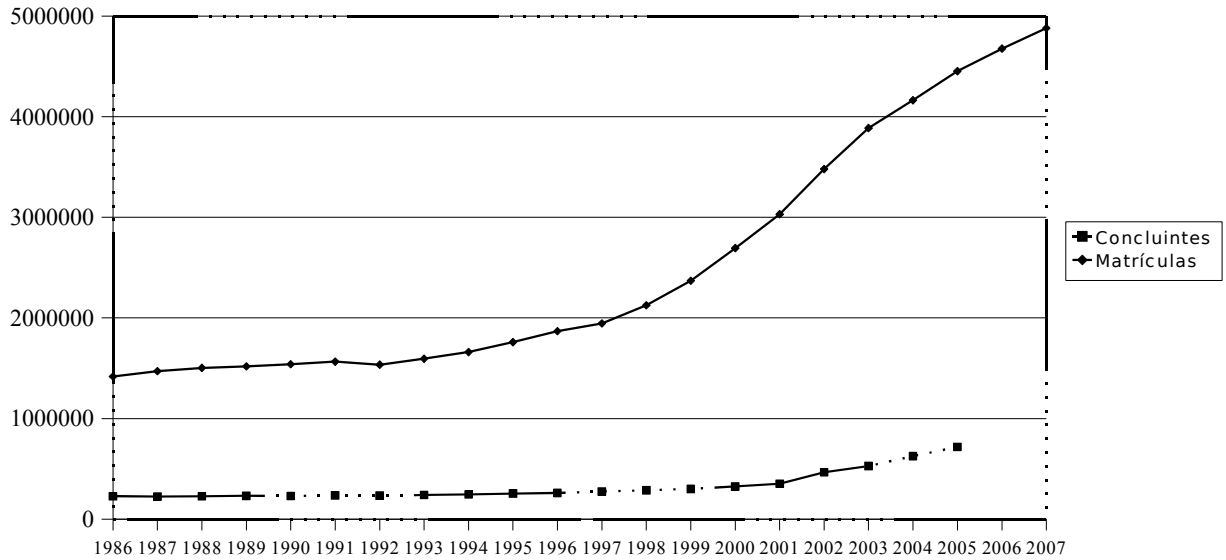
Devido á dificuldade de acesso às obras, seja pelo custo ou por estarem esgotadas, estudantes recorrem a cópia de livros. O problema do acesso afeta também a professores. Um exemplo disso,o texto clássico de Tucídedes "História da Guerra do Peloponeso", usado num dos cursos pesquisados em uma única aula. Sua reprodução ultrapassa o limite em de 10% do volume da obra[5]. O preço para aquisição do livro, em 2008, era de R$ 836,25

5 Percentual contestado pelo *lobby* dos editores, mas adotado como referência na comunidade universitária.

Exemplo de custo abusivo de livro

O alto custo de aquisição de livros é uma barreira mais grave quando consideramos o crescente acesso de estudantes carentes à universidade (Gráfico 3) devido a programas do governo federal, como o ProUni.

Gráfico 3 – Evolução do número de estudantes matriculados no ensino superior



Fonte: INEP, 2008

Embora o ensino superior tem experimentado uma grande expansão nos últimos 10 anos, o número de concluintes ainda é muito baixo. A evasão é especialmente nas universidades privadas, oscilando, desde 1999, entre 55 e 59%. A principal razão dessa taxa de evasão são os custos elevados envolvidos para o prosseguimento dos estudos (INEP, 2009).

8. Subsídio Público a editoras universitárias

O GPOPAI levantou junto a 33 editores de editoras universitárias filiadas à ABEU[6], se recebem algum tipo de ajuda indireta além da ajuda financeira direta. Foram exemplificados 10 itens para avaliar os tipo de subsídios indiretos recebidos, a saber:
i) impostos; ii) aluguel; iii) água; iv) luz; v) pagamento de funcionários; vi) serviços de transporte; vii) telecomunicações; viii) gastos com participação em eventos; ix) correios; x) marketing.

Entre as editoras universitárias, 97% recebem algum tipo de subsídio da universidade que abriga, sendo 91% delas tem 8 da modalidade de custos acima descrito pagos pela instituição a que está associado, sendo que 55% tem todos esses dez itens subsidiados.

Tabela 7: Distribuição das editoras segundo subsídio anual direto

Ano de referência: 2006

	sim		não		não sabe	
	%	n	%	n	%	n
Recebem subsídios indiretos	94%	31	6%	2	-	-
Recebem subsídios diretos	73%	24	21%	7	6%	2
Apenas recursos próprios	3%	1	97%	32	-	-

Fonte: GPOPAI, 2008

Dos gastos anuais das editoras, em média 66% são subsidiados com recursos da própria universidade, segundo os editores. Dentre as editoras pesquisadas, 27 eram ligadas a universidades ou fundações públicas e 6 eram privadas – destas 4 ligadas a entidades filantrópicas ou fundações.

Em geral, a receita com a venda de livros tem uma participação muito pequena no orçamento das

6 Associação Brasileira das Editoras Universitárias.

editoras universidades, que em geral dependem de subsídios e auxílios em geral proveniente de recursos públicos – inclusive, apoio de agências de fomento ou outras instituições públicas para financiar a publicação de livros.

9. Interpretações da lei e abusos de lobby de editoras privadas

Há lei permite a cópia de "pequenos trechos" para "uso do copista". Como a lei não é precisa, há conflitos de interpretação da lei sobre o entendimento do direito a cópias, conforme mostrado no quadro abaixo.

Quadro 2 - Interpretações sobre a lei

	ABDR	**Interpretação da comunidade acadêmica**
O que é um pequeno trecho?	Uma parte não substantiva (uma página)	10% do livro ou um capítulo
Quem é o copista autorizado a fazer o uso privado?	O próprio estudante, diretamente	O operador da máquina de cópia, a pedido do estudante
A quem se aplica a interdição de lucro?	Às empresas de reprografia	Apenas ao estudante se for revender a cópia

A falta de uma lei mais clara e que permita diferenciar usos comerciais de usos educacionais – como existem em muitos países[7] – tem resultado em abusos, principalmente por parte do *lobby* das editoras, encabeçado pela ABDR ("Associação Brasileira do Direito Reprográfico"), que tenta criminalizar professores e alunos. A imprensa contribui fortemente para difundir isso. Um exemplo disso, é a reportagem publicada em um dos veículos de maior circulação no Brasil, o jornal "O Estado de São Paulo" (04/03/2005), em que cita Universidade de São Paulo, a PUC, a FGV entre outras instituições e acusa os professores de participarem de "esquema de reprodução ilegal de livros". A reportagem é colocada ao lado da repressão dos camelôs.

7 Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul. Em tais países há dispositivos legais que permitem que livros técnico-científicos sejam tratados de outra forma.

Reportagem do "Estadão", fac-símile

Deic apura a ação de professores em xerox

Já foram revistadas lojas perto de 21 instituições e apreendidas 612 pastas

INVESTIGAÇÃO

Marcelo Godoy

A polícia vai investigar a participação de professores da principais universidade de São Paulo no esquema de reprodução ilegal de livros em copiados na cidade. Desde que foi aberto inquérito para apurar a prática, os homens da Delegacia de Estelionato do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic) apreenderam 612 pastas deixadas por professores em lojas para que seus alunos copiassem trechos de livros e textos didáticos.

Ao todo, lojas de copiadoras perto de 21 grandes instituições de ensino foram revistadas desde dezembro. Na época, a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos entrou com um pedido de abertura de inquérito no Deic para apurar a prática – trata-se de crime contra a propriedade intelectual, punida com pena de 2 a 4 anos.

está sendo difícil identificar os professores, pois os proprietários das lojas de cópias se recusam a apontar seus clientes.

Na terça-feira, o Conselho de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, do Ministério da Justiça, divulgou uma centena de ações na área, entre elas alguns mecanismos de pressão para que as universidades públicas e privadas acabem com a prática das cópias. O objetivo é que as universidades mantenham os livros em suas bibliotecas em vez de estimular as cópias.

Prosseguindo nas investigações contra as cópias de livros na cidade, os investigadores da delegacia do Deic foram ontem a duas lojas de fotocópias na Rua Taguá, na Liberdade, centro. Ambas ficam próximas de um cam-

Policiais acharam

Ao todo, lojas de copiadoras perto de 21 grandes instituições de ensino foram revistadas desde dezembro. Na época, a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos entrou com um pedido de abertura de inquérito no Deic para apurar a prática – trata-se de crime contra a propriedade intelectual, punida com pena de 2 a 4 anos.

"Vamos apurar no inquérito a possível participação dos professores na prática", explicou o delegado Plínio Sales, titular da Delegacia de Estelionato. Nas lojas de xerox visitadas pela polícia, foram encontradas pastas de professores da Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica (PUC), Mackenzie, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade das Faculdades Metropolitanas Unidas (UniFMU), Universidade Paulista (Unip), Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), Escola

Prosseguindo nas investigações contra as cópias de livros na cidade, os investigadores da delegacia do Deic foram ontem a duas lojas de fotocópias na Rua Taguá, na Liberdade, centro. Ambas ficam próximas de um cam-

Policiais acharam ontem 16 pastas e uma centena de trechos de livros

pus da UniFMU. Os investigadores apreenderam 16 pastas de professores com mais de uma centena de trechos de livros deixados pelos docentes para seus alunos.

"Eram 'locais reincidentes', que já haviam sido revistados", afirmou o delegado. Ambas as lojas já haviam sido vistoriadas no ano passado. A polícia deverá fa-

LIVROS – Em vez das cópias, governo quer que instituições estimulem alunos a

Pirataria: 12 presos no

Polícia desmonta esquema de fuga e detém amb

Rita Magalhães

Pelo menos R$ 1,5 milhão em CDs, DVs, tênis e camisetas falsificadas e eletroeletrônicos e cigarros contrabandeados do Paraguai, entre outros produtos, foram apreendidos nos últimos 45 dias pela Delegacia de Combate à Pirataria do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic). Nessas operações, realizadas sem alarde desde 1.º de dezembro, o delegado Ismael Rodrigues prendeu 92 pessoas por con-

10. Conclusão - Financiamento público, direitos privados

Mesmo que a imensa maioria das pesquisas sejam pagas direta ou indiretamente pelo contribuinte no Brasil, o controle sobre a obra passa a ser da editora na maioria dos casos. O quadro é agravado pelo fato que temos uma lei de direitos autorais considerada uma das mais restritas do mundo, um

setor público desorganizado para fazer valer os interesse coletivos e um judiciário conservador e, por vezes, também mal informado sobre a situação.

o Estado é o maior produtor de conteúdos educacionais, científicos e culturais. O bloqueio ao acesso é mais grave e não afeta apenas as universidades e centros de pesquisa, se considerarmos que muitos órgãos que compõem a administração pública, como ministérios, secretarias, agências, fundações públicas, empresas estatais nos diferentes níveis de gestão[8] são grandes produtores de informação e conhecimento. Isso inclui estudos, pareceres, relatórios técnicos, bancos de dados e outras informações de interesse social e econômico. Parte dessa produção é de relevante interesse público, mas não está disponível. Não raro, estudos encomendados e pagos por órgãos públicos, se publicados, o são por seus respectivos autores em editoras privadas, tendo assim seu acesso bloqueado ou restrito ao público.

O potencial para o acesso livre a conteúdos produzidos com financiamento públicos é grande: abrange, além da produção técnico-científica; audiovisual – cinema e vídeo (fundos públicos federais e estaduais, que financiam até novelas); mapas, levantamentos estatísticos, censos, documentos históricos – como arquivos nacionais e estaduais, de museus, de bibliotecas, de ministérios e assembléias legislativas e do poder judiciário; obras de artes - pictóricas, plásticas, audiovisuais; relatórios e estudos agrícolas ou ambientais; softwares produzidos, e assim por diante.

O setor público é também um grandes financiador da produção de conhecimento e cultura produzida no setor privado, seja através de fundos destinados a programas específicos, seja através de subsídios públicos concedidos a setores ligados à produção ou difusão científica, cultural ou inovação. Nesse sentido, a indústria do livro é um dos principais expoentes, tanto pela importância social da atividade que desempenha como pelo volume de incentivos que recebe.

A falta de políticas públicas mais adequadas ao interesse público no que se refere a direitos autorais, acesso á educação ou mesmo à informação pública tem penalizado o cidadão – que num extremo, é quem financia tudo. Essa situação faz que conteúdos sejam apropriados de forma indevida, acarretando prejuízos econômicos e sociais injustificáveis.

No ponto de vista do interesse público, são injustificáveis as políticas de incentivo a leitura ou à cultura que resultem no subsídio de monopólios privados. O financiamento deveria resultar num

8 Federal, Estadual e local.

direito público de acesso.

Cabe destacar que o mercado de livros técnicos e científicos é diferente do de livros de ficção, pois tem um alto financiamento público. A maior parte dos livros é produzido em pequenas tiragens, destinadas a um público específico e o principal motivo para serem publicados é a divulgação a produção científica.

Limitações da lei de direito autoral deveriam prever a cópia integral para fins não comerciais ou, pelo menos, para fins didáticos e científicos. Deveriam prever também a cópia integral de títulos esgotados. Na ausência de uma norma que permita a cópia integral de livros para fins não comerciais, seria conveniente uma permissão específica para a cópia de livros que não estão presentes no mercado nacional e que, devido aos custos de importação, são muito mais caros que os nacionais.

É urgente a necessidade do Estado desenhar políticas que garantam o acesso ao resultado do investimento público. Afinal, quem financia a produção científica e subsidia a publicação não pode ser privado do acesso aos conteúdos.

Bibliografia

CBL. *Diagnóstico do setor editorial brasileiro*. São Paulo: 1996-2002.
FIPE, CBL/ SNEL. *Produção e vendas do setor editorial brasileiro*. São Paulo: 2003-2007.
CRAVEIRO, G; MACHADO, J & ORTELLADO, P. *O Mercado dos Livros Técnicos e Científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento*. Bauru, SP: Ed. Canal 6, 2008.
EARP, F. S.; KORNIS, G. *A cadeia produtiva do livro no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
FAPESP (2008) *Tabela de Valores de Bolsas no País*.
http://www.fapesp.br/materia/3162/bolsas/tabela-de-valores-de-bolsas-no-pais.htm
INEP (2009) Censo do Ensino Superior http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/
____ (2008) Investimento Público em Educação, 30 de outubro de 2008
http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news08_26.htm

(Última atualização em 19.05.2009)